

REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários*. Coimbra, Almedina, 1995, 540p.

"Este é, desde o seu título e subtítulo, um livro de *introdução* a um certo *conhecimento*, o da literatura, na medida em que ela constitui um campo de formas e de representação de sentidos que, até *certo ponto*, é possível conhecer, exatamente porque nele surpreendemos elementos susceptíveis de descrição e de apreensão. Mais ainda: antes da manifestação desses elementos, revelam-se-nos também circunstâncias e fatores de condicionamentos que, à sua maneira e na proporção que lhes cabe, permitem entender a emergência e a *institucionalização* disso a que chamamos literatura" (p. 12).

Com estas palavras delimita Carlos Reis (catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) o objeto essencial de reflexão a levar a cabo neste livro, tratando de diversas matérias que dizem respeito a campos de conhecimento da literatura (*de formas e seus condicionamentos socioculturais*). O livro é constituído por outros capítulos (cada qual seguido de uma ampla e atualizada bibliografia) que abordam a literatura enquanto instituição, a problemática da linguagem literária, as relações entre o texto literário e a obra literária, a arquitectualidade do texto literário (incluindo a questão dos modos e gêneros literários) a poesia lírica, a narrativa literária, o texto dramático, a evolução literária e os períodos literários. Encerra a obra um apêndice que contém um conjunto de textos doutrinários, seguidos de orientações de leitura.

Ainda no prefácio, referindo-se ao ensino da literatura, área à qual se destina em primeira instância este livro, pondera o autor acerca dos limites do exercício da teoria e de outras áreas afins, o que redundará numa "prolixidade de reflexões críticas, metecríticas e epistemológicas" (p. 13). Este nível de reflexão sobre a literatura constitui (de acordo com George Steiner e Gunter Grass, como lembra o autor) "o ascendente do *secundário*" (p. 12), que se realiza em "detrimento do *primário* – que é a literatura" (p. 13) e a favor de interesses acadêmicos que se tecem à volta da "discussão de paradigmas e das metalinguagens como exercício do poder acadêmico" (idem).

Sendo este um livro que se move na área do *secundário*, não temos dúvidas de que nele realiza o autor o mencionado equilíbrio "entre o *secundário* – a reflexão ensaística, a indagação teórica, a questionação epistemológica – e o *primário*, ou seja, a literatura, essa 'teia sem começo nem fim' de que fala Eduardo Lourenço" (idem). Com efeito, nele se articulam, com a clareza que conhecemos do discurso ensaístico de Carlos Reis, o exercício da teoria com o prazer que o professor nos comunica das análises que faz de diversos textos literários. Da sua leitura resulta, por certo, um acréscimo no nosso conhecimento da literatura, quer o confronto seja o do leitor com motivações especialmente teóricas, quer seja o do

estudante de disciplinas da área dos estudos literários ou da área das literaturas (portuguesa, brasileira etc).

O livro abre com um capítulo sobre “A literatura como instituição”, matéria cujo extenso tratamento constitui uma novidade em obras deste tipo. A propósito do “campo literário e as fronteiras da literatura” o autor caracteriza a instituição literária e seus modos de constituição, considerando fatores relacionados com a criação literária, mas também com a legitimação da literatura através dos prêmios, da crítica literária e do ensino. Vários aspectos da “dimensão sociocultural da literatura” são abordados, entre os quais avulta o do cânone. Diversos problemas relacionados com esta questão (fatores estéticos, axiológicos, bem como o estatuto do escritor, entre outros) são dilucidados, fornecendo-se importantes subsídios bibliográficos. A propósito do entendimento sociocultural da literatura, aborda-se a situação do escritor: desde a sua afirmação social (direitos, questão do mecenato, problemas da censura) até os mecanismos de reconhecimento social, implicando, obviamente a profissionalização do escritor. São questões de foro sociocultural que podem interessar, para além dos que militam no campo do ensino, a outros grupos que interagem no universo da cultura, como os próprios escritores e os jornalistas.

Completa o capítulo uma abordagem da “obra literária como cosmovisão e signo ideológico”, matéria já tratada em ensaios anteriores de Carlos Reis, que manifestam a sua propensão para a área da semiótica da ideologia (cf. O seu livro *Towards a semiotics of ideology*. Berlim/Nova York, Mouton de Gruyter, 1993). A dilucidação da cosmovisão literária envolve a consideração dos modos de representação da literatura, em conexão com “problemas especificamente estético-literários”, como o das estéticas e o dos gêneros literários. Para o esclarecimento deste ponto fundamental movimenta-se o autor entre orientações teóricas diversificadas que incluem perspectivas da sociologia e a ideologia da literatura (Karl Mannheim, Lucien Goldmann, Ferruccio Rossi-Landi). Completam a reflexão sobre a obra literária, por um lado, considerações sobre a sua cosmovisão histórica, convocando-se conceitos bakhtinianos como os de cronótopo, pluridiscursividade e ideograma e, por outro lado, articulações subjacentes à obra literária entendida enquanto macro-signo, propenso para a exteriorização de uma mensagem trans-histórica.

Do capítulo segundo, “A linguagem literária”, destacamos o subcapítulo com o mesmo título, em que se chama a atenção para uma descrição do discurso literário a partir da teoria dos atos do discurso, e com base em análises lingüísticas “que têm em atenção também o caráter ativo e interativo dos atos lingüísticos” (p. 115). Num quadro teórico de entendimento pragmático da “linguagem literária” discute-se a questão da *literariedade*, colocando-a no cerne das teorizações atuais sobre os problemas da definição do conceito de literatura (lembramo-nos por exemplo de *Fiction et diction*, de Genette) que obrigam a tomar em consideração

aspectos contextuais, institucionais e socioculturais. Deixa claro o autor a importância de uma atitude de ponderação relativamente ao uso deste conceito quando se trata de identificar a eventual literariedade dos textos. Sem que se despreze, como é óbvio, os aspectos formais do discurso literário na identificação da literariedade dos textos, lembra Carlos Reis a importância de se atentar (a exemplo de outros autores por ele citados, como M. Louise Pratt e Constanzo Di Girolamo) em fatores históricos, sociais e culturais. “Neste sentido, só uma indagação sociocultural pode revelar se um texto há-de considerar-se, para uma certa época e por um certo público, literário ou não” (p. 122).

No terceiro capítulo, “Texto literário e obra literária”, Carlos Reis recorre a teorizações conhecidas sobre o texto literário (algumas das quais já abordadas em *Técnicas de análise textual*, publicado pela editora Almedina, em 1976) consagrando, no entanto, um considerável espaço à problemática da intertextualidade. Faz uma descrição histórica do conceito de intertextualidade, referindo contributos atuais sobre a problemática da intertextualidade, entendendo-se este conceito antes de mais nada, como “uma propriedade fundamental da linguagem verbal” (p. 183). Entre outros conceitos com este relacionados dilucida o autor o de interdiscursividade, segundo Cesare Segre e o de transtextualidade (e respectivas modalidades), este último objeto de teorização por Genette, sobretudo em *Palimpsestes*.

Para além de abordar as relações que o texto estabelece com o contexto e a obra (enquanto macrotexto), considera ainda os modos de integração do texto na obra literária. Assim, são dilucidados os vários lugares estratégicos do texto (*incipit*, *explicit* etc.) e a sua função orgânica ou de *moldura*. Considera ainda a função de outros tipos de texto que mantêm uma relação com o texto, como o título e o subtítulo, bem como os paratextos (prefácios, posfácios, epígrafes, dedicatórias etc.) fazendo alargadas reflexões sobre a função semântico-pragmática desses textos a partir de textos literários, num exercício em que a teorização se alia à prática interpretativa.

O capítulo “Texto literário e arquitextualidade” trata sobretudo da questão dos gêneros literários. O enquadramento que Carlos Reis faz desta questão constitui uma novidade em obras de teoria literária. Tendo em conta a complexidade do campo teórico dos gêneros, a opção do autor em englobar o tratamento desta matéria no âmbito mais vasto da arquitextualidade, permite-lhe considerar, no campo das categorias arquitextuais, tanto os gêneros literários como outras formas de gênero do discurso. Vários são os contributos de ordem conceptual atinentes à questão da arquitextualidade e da teoria dos gêneros que são passados em revista (conceitos de *gêneros de discurso*, *modo e gênero literário*, *modos fundacionais e modos derivados da literatura*, etc), refletindo

sobre subsídios conceptuais de, entre outros, Bakhtine, Ingarden, Earl Miner e Alastair Fowler.

A quarta parte deste capítulo – “Crise e relativismo dos gêneros literários” – é consagrada a uma sugestiva reflexão sobre um assunto de grande atualidade. Pondera o autor sobre a função descritiva, heurística e interpretativa dos gêneros literários, referindo contributos teóricos de, entre outros, Thomas Kent e Jacques Derrida. Ainda chama à colação o posicionamento de um Blanchot ou um Foucault sobre a desconstrução genológica – uma vocação da literatura contemporânea – sem esquecer o testemunho dos escritores.

Dois capítulos remetem, em parte, para obras anteriores. Um deles, consagrado à *poesia lírica*, atualiza um assunto já tratado em artigos anteriores, e, de forma mais extensa e aprofundada, em *Técnicas de análise textual*. O outro é sobre a *narrativa literária* e apoia-se, do ponto de vista teórico, em parte, no *Dicionário de narratologia* que o autor escrevera com Ana Cristina M. Lopes (Almedina, 4. ed. rev. e aum., 1994), havendo aqui uma explanação em torno de exemplos práticos colhidos em obras literárias.

Um dos capítulos mais fecundos (ao lado dos dois primeiros ou do quarto sobre os gêneros literários) é o sétimo, consagrado à “evolução literária”, com importantes considerações relativas à reflexão dos escritores sobre escolas e estéticas, que se constitui como uma *consciência periodológica*. Segue-se o exame de aspectos determinantes do processo de evolução literária bem como do *processo de constituição dos períodos literários*.

A questão das *gerações literárias* merece uma análise exaustiva: desde a definição do conceito de geração literária, à explicação do aparecimento, de um período literário e ao papel que as gerações literárias desempenham na evolução literária. São abordados os diversos ritmos da evolução literária e a sua relação com fatores como estabilidade, convenção, inovação e saturação dos períodos literários. O capítulo encerra com a análise dos fatores estéticos e ideológicos determinantes na constituição dos períodos literários, desenvolvendo-se a abordagem da relação entre comportamentos ético-culturais e valores ideológicos expressos num dado momento e as estratégias literárias, o que remete para o que o autor designa de *linguagem periodológica*.

O último capítulo trata dos “períodos literários”, para cuja caracterização o autor examina a dinâmica da evolução literária, o modo como sucedem os períodos, as oscilações na sua denominação e a abrangência temporal. Segue-se uma caracterização dos períodos literários, mais sumária no caso do Classicismo e Neoclassicismo e mais desenvolvida no caso dos subseqüentes.

De consulta fundamental é a caracterização dos períodos literários dos séculos XIX e XX. Ai são aprofundados, entre outros elementos, as balizas

temporais, os aspectos ideológico-culturais, as questões genológicas e estéticas, e os procedimentos técnico-literários, sem esquecer uma caracterização das diversas gerações. Assim, na caracterização do Pré-Romantismo e do Romantismo chama-se a atenção para temas, comportamentos e vetores ideológicos como o individualismo e os ideais liberalistas e nacionalistas. Aspectos essenciais da poética do Romantismo como a problematização dos gêneros são dilucidados, recorrendo-se a textos teóricos do Romantismo e a exemplificações de diversas questões estéticas em obras literárias. No que diz respeito ainda à teorização sobre os gêneros, parte-se da tendência do romantismo para “refutar a legitimidade dos gêneros” (p. 429), com vista a uma explanação de formas literárias que se desenvolveram sob a égide desse movimento, como as diversas configurações do drama romântico.

Tal como procedera em relação ao romantismo, discute Carlos Reis os problemas que se colocam na *caracterização do Realismo* do ponto de vista conceptual, tanto como do histórico e estético-literário. Assim, explica-nos a *peculiaridade periodológica* do Naturalismo como no esgotamento dessas estéticas, convocando o testemunho dos escritores que refletiram sobre esse assunto (Zola, Eça de Queirós, Tolstoi, etc). Por último, examina as *relações entre o Realismo e o Naturalismo* e os movimentos finisseculares no tocante a uma certa propensão esteticista, que, desde logo, um Eça de Queirós apresentava.

A caracterização periodológica do Modernismo e do Futurismo (outra parte do capítulo) é suportada metodologicamente por uma abordagem, a um tempo teorizante e crítico-literária, observando-se específicos enquadramentos de tipo cultural e civilizacional. Tudo isso para a clarificação dos conceitos que o Modernismo e o Futurismo envolvem bem como para a sua abordagem histórico-literária e estética. São passados em revista o primeiro e o segundo Modernismo, sem esquecer os diversos *ismos*, como o interseccionismo pessoano, em “Chuva oblíqua”, depois do que são consagradas algumas páginas ao Futurismo. Completa o capítulo uma interessante reflexão sobre o “relativismo e atualidade dos períodos literários”.

O apêndice do livro integra, como se disse, um conjunto de textos doutrinários, todos da literatura portuguesa, que exemplificam, do ponto de vista metaliterário, matérias expostas na primeira parte. Esta estratégia de algum modo se relaciona com um outro projeto que o autor tem levado a cabo na coordenação de uma *História crítica da literatura portuguesa* (da editora Verbo), em nove volumes, de que já saíram três (*O Romantismo, Realismo e Naturalismo; Simbolismo, Parnasianismo e Decadentismo*).

Por tudo o que é abordado em diversos domínios de teorização literária, *O conhecimento da literatura* torna-se uma obra de interesse científico e didático,

para quem, de algum modo, se dedique aos estudos literários, destinando-se especialmente aos estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação em disciplinas de introdução aos estudos literários, didática da literatura ou teoria da literatura.

Cristina Mello
Universidade de Coimbra.

TREVISAN, João Silvério. *Ana em Veneza*. São Paulo, Best-Seller, 1994.

*Il n'est pas exagéré de dire que l'inintelligibilité du néant est
notre plus grande chance, notre mystérieuse chance.*

Vladimir Jankélévitch, *La Mort*.

Focalizar personagem real em romance é sempre passível de polêmicas as mais díspares. Quando, contudo, o autor, a fim de visão interpretada, realiza uma prospecção abissal na busca das trilhas essenciais percorridas pela figura central, sejam elas geográficas, do pensar, da criação, do cotidiano, salvaguardas estariam garantidas.

Ana em Veneza, de João Silvério Trevisan, tem como figura prioritária da reflexão o compositor romântico brasileiro Alberto Nepomuceno. Dois outros personagens independentes daquele, Dodô, nascida Júlia da Silva Bruhns e que se tornaria mãe de Thomas Mann, assim como a mucama Ana, em determinado segmento do romance, estarão no imaginário do autor, partilhando de convívio com Nepomuceno em Veneza.

A menina Dodô vive a infância em Paraty, sob o olhar atento de Ana, esta na sua meninice retirada à força do continente africano para o trabalho escravo no Brasil. Transplantadas para Lubeck, sofrem as transformações devidas às próprias condições sociais e raciais. A menina branca acompanhando o pai alemão, fazendeiro radicado em Paraty, que retorna com toda a família para a Europa; Ana, agora liberta, segue para o hemisfério norte na continuação de sua saga de dependência servil. Frise-se que Ana, título do livro, é quase que inteiramente – apesar da existência certa – fruto do ideário de Trevisan.

Alberto Nepomuceno, após a formação básica brasileira, estudará na Itália. Em viagem à Alemanha, segundo o imaginário de Trevisan, na viagem encontra-se em Florença com Henrique Oswald e em Veneza, cerne do romance, circunstancialmente, com o cantor castrado Domenico Mustafá, quando Trevisan